CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DOS DIREITOS HUMANOS – REALIZADA NO DIA 8 DE DEZEMBRO DE 2016

No dia 8 de dezembro de 2016, na sala de Sala de Reuniões do Gabinete, localizada no 10º andar, do Ed. Parque Cidade Corporate, Quadra 09, Lote C, Torre A, em Brasília-DF, foi realizada a 23ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH, com os seguintes pontos de pauta: Aprovação das atas das 22ª Reunião Ordinária, Informes da Presidência; Relato sobre missão do CNDH de visita a unidades socioeducativas no Estado de Pernambuco; Relato sobre representação do CNDH nas reuniões relacionadas ao caso Baixo Iguaçu; Relato sobre reunião da Subcomissão dos Programas de Proteção (PROVITA, PPCAAM e DEFENSORES); Informes das conselheiras e dos conselheiros; Aprovação do Relatório sobre as Populações Afetadas pelo Rompimento das Barragens da Mineradora Samarco na Bacia do Rio Doce; e Apresentação do Relatório de Direitos Humanos e Estado Laico da Plataforma de Direitos Humanos – Plataforma Dhesca Brasil.

Estiveram presentes na reunião as conselheiras e os conselheiros: Ivana Farina Navarrete Pena (Presidente do CNDH e representante do Conselho Nacional dos Procuradores Gerias – CNPG); Darci Frigo (Plataforma Dhesca Brasil); Déborah Duprat (Procuradoria Geral da República); Carlos Magno (Associação Brasileira de Gays Lésbicas Bissexuais e Transgêneros - ABGLT); Julian Vicente Rodrigues (Movimento Nacional dos Direitos Humanos - MNDH); Cristian Ribas (Coletivo ENEGRECER); Everaldo Bezerra Patriota (Ordem dos Advogados do Brasil - OAB); Sandra Greco de Fonseca (Aldeias Infantis SOS Brasil); Adelar Cupsinski (Centro Indigenista Missionário – CIMI); Frederico Coutinho (Secretaria Especial dos Direitos Humanos); Diana Calazans Mann (Departamento da Polícia Federal); Pedro Saldanha (Ministério das Relações Exteriores – MRE); Melina Bordone de Siqueira (Ministério da Justiça e Cidadania, suplente); Flávia Piovesan (Vice-Presidente do CNDH, Secretária Especial da Secretaria Especial dos Direitos Humanos); Leonildo José Monteiro Filho (Movimento Nacional da População de Rua); Jandyra Massue Uehara Alves (Central Única dos Trabalhadores); Maria Dirlene Trindade Marques (Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos). A reunião teve também a presença dos representantes da Secretaria Executiva do CNDH: Renata Studart (Coordenadora-Geral do CNDH); Cristiane de Castro da Cruz (assessora do CNDH).

A presidente do CNDH fez a abertura da reunião, relembrando que esta é a última do mandato do biênio 2015-2016 e que a reunião do dia 09 de dezembro de 2016 é destinada para a posse dos novos conselheiros e conselheiras do biênio 2017-2018. A próxima reunião ordinária, a presidente comunica que será majoritariamente para reorganização dos trabalhos do Conselho para o próximo mandato. No primeiro item de pauta, a aprovação da ata da 22ª reunião, após algumas considerações do Conselheiro Darci Frigo, foi aprovada em pleno. Em sequencia, o Conselheiro Julian Vicente (MNDH) pede para incluir na pauta um informe sobre o CONDEPE. Como próximo item de pauta, a presidência realiza seus informes a começar pela questão do CONDEPE, com a noticia da prisão do advogado Luis Carlos, vice-presidente afastado do CONDEPE do Estado de São Paulo, em que a presidente Ivana Farina averiguou as informações da notícia com o Procurador Geral de Justiça de São Paulo, Dr. Gianpaolo Smanio. Ela constatou que o caso está sendo acompanhado pelo Ministério Público do Estado de São Paulo com a Polícia Civil, com mandato de prisão emitido. O Conselho através da presidência entendeu que a operação deveria ser deixada a continuar seu curso, pois houve a confissão dos desvios de conduta, e pediu ao MP de São Paulo que o Conselho fosse

informado dos andamentos da operação. O outro informe da presidência se refere à Operação Castra para acompanhamento e solicitação de informações ao MP e Secretaria de Segurança Pública dos Estados de São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul em caráter de urgência. O Estado de São Paulo foi o primeiro a responder ao informar que a operação iniciou-se no Paraná e que houve as diligencias para cumprimento de precatórias, porém o Conselho não possui os documentos de inicio do processo no Estado do Paraná nem as diligências. A presidência ainda informou ao Conselho sobre a participação na Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados sobre o caso da escola Florestan Fernandes. O Conselheiro Darci Frigo complementou o informe sobre a Operação Castra ao informar prisões de seis trabalhadores e trabalhadoras com habeas corpus negados em tribunal e ressalta a situação grave de que os trabalhadores serão indiciados pelo homicídio de outros 2 trabalhadores e não os policiais responsáveis por tais mortes. Também relatou o caso da prisão da Fabiana que está presa em uma cela na delegacia de Cascavel. A situação é que Fabiana está presa em cela em frente às masculinas e sem banheiro. Foi feito pedido de transferência de delegacia, mas a Juíza negou. O Conselheiro Darci Frigo sugeriu manifestação do Conselho no caso Fabiana. Essa situação envolve também outras mulheres que estão presas no mesmo local. A acusação principal contra Fabiana é que ela fez parte e coordenou o protesto do dia 8. A Conselheira Debora Duprat solicitou o material de decisão para a PFDC poder fazer o acompanhamento com o STJ. A Presidente do Conselho disse que o registro fica como desdobramento em caráter de urgência e que irá aguardar que chegue a denúncia no CNDH. O próximo informe da presidência foi o informe sobre uma reunião com o CNJ. Ocorreu a reunião no INCRA e como um dos desdobramentos foi que o Conselho fizesse uma audiência com o CNJ, sobre os processos judicializados que não tem andamento, sobre as centenas das mortes dos defensores, e 20 mortes nesse ano no Estado de Rondônia. Foi solicitado audiência com a Ministra Carmem Lucia, mas não foi atendida. Foi reenviado o pedido de audiência para a Juíza Sandra, nessa audiência a Presidente do Conselho e o Conselheiro Darci Frigo levaram a relação das ações. A presidente Ivana informa que em contato com Dr Fidelis e Dr Francisco, foi informada que ficou agendado uma ida do CNJ para Rondônia no dia 13 de dezembro. O Conselho também terá que ter a representação da sociedade civil nessa agenda em Rondônia. Sobre o próximo item de pauta, o relato sobre missão do CNDH de visita a unidades socioeducativas no Estado de Pernambuco, a presidente Ivana Farina foi à audiência com a Secretária Flávia Piovesan representando o Conselho com a Secretária Cláudia Vidigal da Secretaria da Criança e do Adolescente sobre o sistema do SINASE no Pernambuco e no Ceará. A partir dessa reunião, o Conselho solicitaria uma audiência com o Governador do Estado do Pernambuco. Tal pedido foi encaminhado ao pleno pela presidência e foi referendado em pleno, porém condicionado a data que relatório da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Privação de Liberdade for finalizado. A presidente Ivana Farina ainda relatou sobre a reunião na Câmara dos Deputados sobre o caso Gracinha, da Comissão dos Direitos da Mulher e Procuradoria da Mulher e a Comissão de Direitos Humanos sobre os andamentos do caso que corre em sigilo e a violação dos direitos da mulher, da criança, dos povos quilombolas. Ainda fez um breve comentário sobre a reunião com o Ministério do Trabalho sobre o convenio com a Secretaria de Economia Solidária sobre a situação da extinção de tal convenio para a população em situação de rua no Estado da Bahia, na qual no mesmo dia da

Reunião Ordinária, o Conselheiro Leonildo estava representando o Conselho numa nova audiência com o Ministério do Trabalho. Sobre o próximo item de pauta, a reunião da Subcomissão dos Programas de Proteção- PROVITA, PPCAAM e DEFENSORES- em que os Conselheiros Patriota, Carlos Magno e Ivana Farina representaram o Conselho. Registrou a preocupação com os 20 milhões como dotação prevista, a preocupação da Subcomissão é de precarização dos programas de proteção. Deve-se, portanto, pressionar a Comissão Orçamentária para o aumento de mais 30 milhões para os programas de forma que eles funcionem de maneira adequada. A Conselheira Flávia Piovesan reiterou tal necessidade como também ressaltou que o sistema convenial não é o mais adequado para uma política que deve ser continua. Informou que a Secretaria Especial dos Direitos Humanos está se articulando a favor da sustentabilidade financeira e material desses programas. Conselheiro Julian afirma que deve haver uma posição mais assertiva não somente do Conselho, mas também da Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Os Conselheiros Carlos Magno e Cristian Ribas atentam para a responsabilização da sociedade civil para pedir políticas orçamentarias mais justas, sendo isso é responsabilidade do Estado. Como ainda ultimo informe da presidência, a presidente Ivana Farina colocou ao plenário, de acordo com a Resolução do Conselho, para que a 24ª Reunião Ordinária fosse realizada nos dias 2 e 3 de fevereiro de 2017, em que o calendário de reuniões e a eleição da mesa diretora serão realizados. Como ultimo informe da presidência, há o registro do Senador Paulo Rocha parabenizando a nota do CNDH contra a extinção da EBC. Retomando o próximo item de pauta, sobre o Relato da missão do CNDH de visita a unidades socioeducativas no Estado de Pernambuco, os Conselheiros Everaldo Patriota e Julian Vicente deram detalhes da missão, da reunião com o CEDCA/PE e da visita as Unidades Socioeducativas de Caruaru e Abreu e Lima, relatando as condições precárias e os maus-tratos. Relatam que há a mesma lógica de internação que ocorre em presídios. Conselheiro Julian detalha a postura dos agentes socioeducadores como também a situação de infraestrutura vivenciada pelos internos, inclusive torturas sofridas pelos adolescentes. O Presidente da FUNASE, Roberto Franca se comprometeu com os Conselheiros em apresentar um plano emergencial no inicio de dezembro. Agentes penitenciários entraram em greve. Há revista vexatória dos familiares dos internos. Ficou com encaminhamento oficiar o presidente da FUNASE solicitando a apresentação de tal plano emergencial. O Conselheiro Darci Frigo considera que há afronta pública devido ao fato de não haver o mesmo tipo de tratamento para pessoas ricas que cometem crimes e pessoas pobres – relata caso Odebrecht (prisão domiciliar) comparando com casos de adolescentes que ficam em péssimas condições no sistema socioeducativo por terem cometido crime de roubo ou furto. A Conselheira Sandra Grego registra que acompanhou uma missão do CONDEPE e a questão prisional para o Conselho deve ir além da Comissão de Privação de Liberdade, deve ser uma luta dos que vão permanecer no Conselho. É necessário, segundo a conselheira, ter um olhar bastante intenso para a questão do sistema prisional. O Conselheiro Cristian Ribas registra o sistema seletivo (uma jovem de classe media foi absolvida da acusação de porte de drogas sintéticas) em que há setores privilegiados da sociedade. Como resultado, o Conselho tem como outro encaminhamento ampliar as ações da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Privação de Liberdade. Como próximo item de pauta, o Conselheiro Julian fez o relato sobre o CONDEPE e lembra da nota de que foi feita em relação a defesa do CONDEPE e do vice-presidente Luiz Carlos

como reação imediata, após isso, ele confessou a acusação. Foi afastado do cargo e computadores do CONDEPE foram aprendidos. A Conselheira Debora Duprat registra a preocupação do sigilo dos dados do CONDEPE. A Conselheira Diana sugere que o CONDEPE solicite o espelhamento do HD. Sobre o outro item de pauta, Relato sobre a missão do CNDH nas reuniões relacionadas ao caso Baixo Iguaçu, Conselheiro Darci Frigo informa que no dia 18 de novembro participou de uma audiência publica e uma reunião com a Casa Civil do Paraná (Representante do Governador Beto Richa) em que empresa se recusou participar da reunião. O governo do Estado do Paraná se comprometeu de fazer o contato com a empresa Neoenergia. Na segunda tentativa da empresa participar, mandou um consultor. Houveram informes dos Conselheiros Leonildo, que comentou sobre a posse do Conselho Estadual de Direitos Humanos do Paraná, reunião com o Ministério Público e a PFDC sobre a população em situação de rua e da reunião que esteve presente na reunião com o Ministério do Trabalho sobre a extinção do convenio para a população de rua do Estado da Bahia. Sr. Ismael da CUT fala da denúncia junto a OEA em relação carta sobre aos avanços sociais. A respeito do próximo item de pauta, sobre o Relatório sobre as Populações Afetadas pelo Rompimento das Barragens da Mineradora Samarco na Bacia do Rio Doce, a Conselheira Dirlene Marques fez a leitura e explicação detalhada do Relatório, além de recomendações feitas e das missões. A conselheira Dirlene começa fazendo a leitura do relatório e especifica as três missões que já foram realizadas para verificar a questão. Foi feito o acompanhamento do Movimento dos Atingidos por Barragens, havia outras entidades atuantes na área, mas que não foram acompanhadas. Fez a leitura da nota técnica aprovada em reunião anterior do Conselho e outras recomendações feitas. Fez leitura também dos relatórios de reuniões, visitas, entrevistas, encontros e audiências públicas realizadas no período. Sobre o relatório do MPF, ela cita a importância para situar os integrantes da missão do CNDH da situação, das ilegalidades e das responsabilidades. Sobre o acordo que pretende a criação de uma fundação que passaria a ser a primeira responsável, depois a Samarco, a Vale a BHP, acredita que tal acordo tira o compromisso e a responsabilidade das empresas como poluidor-pagador. No entanto, o acordo já está em funcionamento, a Fundação Renova já foi criada e agora é ela quem responde por quaisquer questões, inclusive com algumas ações já tomadas. Ela acusa a ausência dos atingidos nos processos deliberativos que tratam de que ações serão tomadas para garantir os seus direitos, ocorrendo a consequente negação dos direitos da pessoa atingida e mais ainda a restrição de quem é ou não atingido, por parte das empresas. Ela sugere que sejam retomadas as recomendações do CDDPH como base, considerando as particularidades do caso em Mariana. Coloca as recomendações que foram feitas no relatório. A Conselheira Déborah fez observação sobre as atividades da UFOP onde foram feitas outras reflexões, em especial a nota feita pela ONU acerca do descaso do Estado brasileiro e das empresas frente à situação enfrentada após o maior desastre ambiental do mundo, em especial o impacto das pessoas atingidas. A Secretária Flávia fez algumas observações gerais: ter o cuidado de identificar os órgãos envolvidos na violação dos direitos; acentuar a tônica preventiva para os grandes empreendimentos; colocar na conclusão a tríade proteger, respeitar e reparar. Patriota coloca a importância do registro de que o evento pode ocorrer novamente em outras barragens, portanto, elas devem ser fiscalizadas e monitoradas constantemente. A Conselheira Déborah informa que no evento da UFOP um engenheiro informou que as barragens de rejeito têm sustentabilidade zero e

que elas, eventualmente, vão ocasionar problemas. Nívia trata do ponto 4.6.1 para sugerir a separação entre a área ambiental e a dos direitos humanos, assim é possível avançar na atuação do MP, e promover maior participação dos atingidos; deve-se garantir assistência técnica aos atingidos; atentar-se para o fato de que há mais de 50 famílias fora do cadastro, e há ainda mais famílias que ainda não foram classificadas como atingidas de forma devida, portanto é melhor não colocar o número de famílias, é melhor deixar em aberto. Tchenna coloca que o marco recebido de responsabilidade social pela Samarco não é vinculante, portanto não garante que ela agiria sempre assim, é importante mencionar outras iniciativas como PNDH III e fazer menção aos princípios da ONU (mesmo colocando que eles são insuficientes). Destaques feitos: 2.11, a Conselheira Déborah coloca que o acordo não existe mais de fato, somente no plano simbólico, mas o efeito perverso dele é a Fundação Renova que serve como responsável por todas as reparações devidas, apesar do acordo não ter qualquer validade jurídica. Sugere tomar medidas com o MP-MG para rever a homologação da Fundação. A primeira medida a ser tomada deveria ter uma ação judicial para suspender as atividades da empresa até que se apure os danos causados por ela. A Secretária Flávia sugere que a política de reparação não seja condicionada à ação perícia, pois esta pode demorar muitos anos. A Conselheira Déborah acredita que o prejuízo maior é manter como está. O Conselheiro Frigo sugere que outras pessoas, que não participaram da escrita do relatório, o peguem para revisá-lo melhor integralmente, pois certamente não seria possível aprova-lo todo. Tchenna sugere pensar na não-legitimação da Fundação, mas ao mesmo tempo resolver as questões concretas que já ocorreram. A Conselheira Déborah sugere para que tomem cuidados para não referendar atitudes que podem ser tomadas posteriormente e retificadas pelas ações do Conselho naquele momento. A Presidente Ivana coloca a importância de um relatório bem feito para que as recomendações sejam direcionadas, fundamentadas para que, consequentemente, tenham respostas mais rápidas. Tchenna concorda com a Dra. Ivana acredita em impactos melhores decorrentes de um relatório mais bem feito. Encaminhamento: criação de uma comissão revisora, que se agrega ao GT, para revisar o relatório, integrada pelas conselheiras Déborah, Tchenna, Nívia e Thiago. O Conselheiro Frigo sugere que as pessoas que não são da comissão revisora enviem seus destaques por e-mail. O Conselheiro Cristian questiona a relevância de aprovar o teor do relatório, mas sem as recomendações, tendo em vista a situação política seria mais estratégico aprova-lo em conjunto. Ivana esclarece que não será aprovado o texto, mas sim o teor do relatório. Clarice ratifica a preocupação do conselheiro Cristian e sugere que seja revisto o próprio teor do relatório, uma vez que podem ter alterações consideráveis. A Conselheira Déborah acredita que não haverá divergência na substância, e depois sugere que a SDH participe da reunião com os outros órgãos federais para fazer levantamento do que está sendo feito pelos outros. O Conselheiro Patriota esclarece para Cristian e Clarice que a comissão vai apenas harmonizar e fazer esclarecimentos técnicos, mas que o que foi percebido e relatado não irá mudar. A Conselheira Dirlene acredita que há algumas questões que serão melhor consideradas pela comissão e que, por isso, será melhor aprovar tudo junto. O conselheiro Cristian retira sua ponderação.Frigo mantém a ideia de aprovar naquele momento o teor do relatório. Foi aprovado por unanimidade o conteúdo do relatório ressalvadas as alterações que serão propostas pela comissão revisora, com respeito ao direcionamento e teor das recomendações. A reunião da Comissão revisora ficou agendada para o dia 01 de fevereiro de 2017.

No que concerne ao próximo item de pauta, o Relatório de Direitos Humanos e Estado Laico da Plataforma de Direitos Humanos - Dhesca Brasil, a Sra. Dida fez a apresentação do relatório ressaltando que o mesmo está com conteúdo pronto, mas faltam diagramações. Será lançado dia 20 de dezembro no site para o público e pede a divulgação do Conselho. Ela afirma que a confusão entre o jurídico e o religioso tem acarretado em violações de direitos humanos. Registra-se no relatório que as Religiões não devem influenciar nas políticas públicas, procedimentos judicias e normas jurídicas, dado que o Estado é laico, contudo, não é contra nenhuma religião. Dida explica que a produção do relatório da Plataforma Dhesca Brasil foi iniciada em 2015 tendo ela mesma como relatora para avaliar durante o ano de 2016 sobre a tensão entre a laicidade e os valores religiosos no Estado brasileiro. Ela traz ao Conselho as constatações do relatório como também das missões locais que a relatoria realizou no Rio de Janeiro e Brasília. Dida ressalta que muitas vezes o discurso das entidades e grupos religiosos costuma ser moralizante e tratar o discurso de direitos humanos como amoral ou até imoral. As associações parlamentares religiosas são bem organizadas. O Conselheiro Julian atenta para a relação crescente entre os fascismos políticos e o discurso religioso e por isso ele acredita que esse assunto merece uma maior discussão no Conselho. A Conselheira Déborah Duprat comenta sobre os movimentos de inconstitucionalidade da escola sem partido e do projeto da PGR sobre o ensino da cultura africana e indígena nas escolas. A Secretária Flávia Piovesan sugere a manifestação do Conselho em apoio à laicidade estatal. O Sr. Sérgio (Secretaria Especial dos Direitos Humanos - SEDH) comunica ao Conselho sobre uma atividade a ser realizada na Secretaria no dia 21 de janeiro de 2017 do Dia Nacional do Combate à Intolerância Religiosa em que será apresentado um relatório da SEDH com parceria da Organização dos Estados Iberoamericanos sobre o tema. O Conselheiro Carlos Magno pede atenção à bancada evangélica no Congresso. Sra. Irina ressalta a ausência de campos nas denúncias para identificar as religiões do acusado e da vítima. O Conselheiro Darci Frigo sugere para o próximo planejamento estratégico do biênio 2017-2018 que o Conselho tivesse uma Comissão Especial sobre o tema. O Conselheiro Cristian sugere a criação de uma campanha para a popularização dos direitos humanos pelo Conselho e pela SEDH que englobe o debate da laicidade do Estado. O Conselheiro Patriota ressalta o momento de vulnerabilidade social para aceitação dos discursos fundamentalistas. Após agradecimentos e colocações a reunião se encerrou.